



SEÇÃO – ARTIGOS DOSSIÊ ATLANTICAS

Por uma História Negra: a potência teórica do pensamento de Maria Beatriz Nascimento para a (re)escrita da História

Towards a Black History: the theoretical power of Maria Beatriz Nascimento's thought for (re) writing of History

Maria Lídia de Godoy

Pinn¹

orcid.org/0000-0002-4924-0676
maria.pinn@aluno.ufop.edu.br

João Carlos Reis¹

orcid.org/0000-0003-3501-3146
joao.reis2@aluno.ufop.edu.br

Recebido em: 7 jun. 2021.

Aprovado em: 28 jul. 2021.

Publicado em: 03 set. 2021.

Resumo: Para a historiadora Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), a historiografia produziu ao longo dos anos uma série de distorções e negligenciamentos sobre os passados das populações negras. Ao (re)escrever a história dos quilombos a autora propôs que essa fosse feita a partir de outras temporalidades, teorias e aspirações, em vista a uma reconciliação das populações negras com os seus passados e com as possibilidades futuras abertas por esse movimento. Contudo, apesar da importância de suas produções para os debates sobre subjetividade negra, raça e historiografia ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 no Brasil, sua obra e agência pouco figuram na disciplina histórica enquanto uma possibilidade teórica e historiográfica para a escrita da história. Dessa maneira, propomos neste artigo celebrar suas produções, tomando-as como “uma possibilidade nos dias da destruição”. Para isso, temos como enfoque central a concepção de uma epistemologia que privilegia a (re)escrita da história frente a uma perspectiva negra, a fim de evidenciar a potência teórica do pensamento da historiadora para sua área de formação e atuação acadêmica.

Palavras-chave: Maria Beatriz Nascimento. Historiografia. Quilombo.

Abstract: For historian Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), historiography has produced over the years a series of distortions and neglects on the past of black populations, thus to (re)writing the history of the Quilombos, the author proposed that this be done from other temporalities, theories and aspirations, in view of a reconciliation of the black populations with their past and with the possibilities of future opened by this movement. However, despite the importance of his productions to the debates on black subjectivity, race and historiography throughout the 1970s, 1980s and 1990s in Brazil, his work and agency figure little in the historical discipline as a theoretical and historiographical possibility for the writing of history. Thus, we propose in this article to celebrate their productions, taking them as “a possibility in the days of destruction”, for this, we have as a central question and focus the conception of an epistemology that privileges the (re)writing of history before a black perspective, in order to highlight the theoretical power of the historian's thought for her area of academic training and performance.

Keywords: Maria Beatriz Nascimento. Historiography. Quilombo.

Introdução

Em seu texto inaugural “Por uma história do homem negro”, publicado em 1974 na *Revista de Cultura Vozes*, Maria Beatriz Nascimento, indagou:

Como fazer, como escrever a História sem deixar escravizar pela abordagem da mesma fragmentariamente? [...] É possível limitar a História a um tempo historicamente reduzido [...] entendê-la somente como nos foi apresentada a partir do século XIX? Como mais uma ciência? Como abordar, por exemplo, a história do negro no Brasil?” (NASCIMENTO, 2018, p. 42-43).



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, MG, Brasil.

Essas questões postas pela autora serão nosso guia para a elaboração deste artigo, uma vez que objetivamos, a partir de uma breve análise de sua obra, trazer para cena a potência teórica e historiográfica do pensamento de Maria Beatriz Nascimento, historiadora necessária e, por vezes, desconhecida para a escrita da história na contemporaneidade. Caminharemos pelos trabalhos da autora publicados em 2018 na coletânea *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*, organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanista. Apresentaremos brevemente quem foi Maria Beatriz Nascimento, uma vez que a experiência de vida da autora relaciona-se com a sua trajetória acadêmica, e mais: o pensamento crítico dela ao modelo cânone da disciplina deriva desta trajetória e destas experiências. Em seguida, abordamos os caminhos e as possibilidades teóricas e historiográficas construídas pela historiadora, para então repensar a própria disciplina histórica do Brasil. E destacaremos, sobretudo, a crítica de Nascimento ao modo como a tradição dos estudos sobre os quilombos pensam e mobilizam esse conceito e suas temporalidades históricas. Assim, mais do que celebrar a escrita da historiadora, propomos aqui a incorporação de sua produção intelectual para a historiografia brasileira.

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), intelectual negra, historiadora de ofício, poeta e importante interlocutora do movimento negro das décadas de 1970, 1980 e 1990, nasceu no nordeste brasileiro na cidade de Aracaju. Ainda pequena, em 1949, em um processo de migração estimulada para o Sudeste, mudou-se com sua família para Cordovil, um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (RATTS, 2006). Lá, no subúrbio carioca, Nascimento cresceu ao lado de sua mãe, Rubina Pereira do Nascimento, do seu pai, Francisco Xavier Nascimento, e de suas irmãs e irmãos. Era a oitava de dez filhas(os) (RATTS, 2006). A vida em Cordovil foi para a historiadora um momento de

recuperação do passado, da vida que viviam em Sergipe. É canavial e todas as plantas e tudo que a gente tinha contato lá. [...] a defesa do homem é recuperar através do conhecimento da terra... recuperar sua identidade, fecunda seu próprio ego, como homem transmigrado (NASCIMENTO, 2018, p. 336).

Já adulta, Maria Beatriz Nascimento, "não sem sacrifícios, como é lugar comum nas famílias negras e pobres" (NASCIMENTO, 2018, p. 248) chegou à universidade, graduando-se em 1971, em História, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No Rio de Janeiro, ainda em 1974, a historiadora contribuiu intensamente com a rearticulação do movimento negro brasileiro — ainda que por vezes divergisse teórica e ideologicamente dele — participando das reuniões no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), situado na Universidade Cândido Mendes (UCAM). As reuniões aconteciam na época da ditadura militar (1964-1985), com a presença de homens e mulheres negras, os encontros eram considerados subversivos pela Lei de Segurança Nacional, visto que discutir sobre o racismo era interpretado como um incentivo a ele (BARRETO, 2018).

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1975, junto às outras pesquisadoras, pesquisadores e estudantes negras e negros da instituição fundou o Grupo de Estudos André Rebouças (GTAR), em um contexto que, como assinala a historiadora, "começou na época braba mesmo, em 1974, em plena gestão do AI-5, quando juntar gente para discutir esses assuntos era perigoso e arriscado²." (NASCIMENTO, 2018, p. 249). O GTAR, naquela época, teve como objetivo trazer para a cena e para os espaços acadêmicos, sobretudo, para a UFF, os debates em torno das relações raciais e a necessidade de que tais discussões fossem inseridas nas grades curriculares dos cursos da instituição. Segundo Sandra Martins, Togo Ioruba e Flávio Gomes, o GTAR materializa "a preocupação de jovens intelectuais afrodescendentes de proporem no interior da Universidade pública a formação de grupo de estudo voltado

² Apesar destes movimentos não serem diretamente reprimidos, foram vigiados de perto pelos serviços de inteligência. O evento "Quinzena do negro", ocorreu em 1977 na Universidade de São Paulo, organizado pelo professor e sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, onde Beatriz Nascimento realizou a conferência "Historiografia do Quilombo". O Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) produz um dossiê com o nome dos envolvidos, classificando a perspectiva das atividades como negativas (KÖSSLING, 2007, p. 97-98).

para as questões relativas ao negro no Brasil, dentro de uma abordagem das relações raciais” (MARTINS; THEODORO; GOMES, 2015, p. 201).

Em 1981 na UFF, Maria Beatriz Nascimento especializou-se em História do Brasil e, nessa instituição, ingressou também no mestrado acadêmico, contudo não o concluiu (VINHAS, 2016). Sendo que em 1984 começou sua carreira na rede pública de ensino como professora de História, no Colégio Estadual Roma. Nesse momento Beatriz Nascimento afastou-se da vida acadêmica para a qual retornou após dez anos, em 1992, não mais no campo da História do Brasil como outrora, e sim na área da Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de Muniz Sodré (RATTS, 2006).

Sobre o seu afastamento dos espaços acadêmicos, Henrique Cunha Júnior, estudioso da temática do quilombo e contemporâneo da historiadora, no artigo “Quilombo: patrimônio histórico e cultural”, publicado em 2011, nos conta que Maria Beatriz Nascimento foi muito combatida pelos seus pares de profissão durante sua atuação acadêmica na área da História do Brasil, sobretudo pelo avanço de suas pesquisas para a época e, que talvez por este motivo tenha desistido de sua intenção inicial de realizar o mestrado na Universidade de São Paulo, em meados da década de 1970 (CUNHA, 2011, p. 160). Em texto datilografado e sem data intitulado “Por um território (novo) existencial e físico” publicado apenas em 2018, Nascimento apontou que seu voluntário afastamento do ambiente acadêmico, se originou por uma

negação ao pensamento racionalista ocidental, que por tanto tempo fez parte da minha formação pessoal. De tanto pesquisar, e até como uma expressão de um ativismo de vinte anos, houve uma recusa radical a tudo que possa parecer europeu [...] mesmo que me fascine, [...] por esse pensamento, rejeito-o como sendo o princípio de colonização (NASCIMENTO, 2018, p. 416).

Maria Beatriz Nascimento, mesmo afastada da academia neste período de tempo, não parou de produzir intelectualmente. De acordo com a autora, neste íterim ela explorou outras linguagens como a do cinema e da literatura, e se dedicou a

escrever poesias, prosas e ensaios. De tal maneira, compôs aproximadamente mil poemas, assim como, uma grande quantidade de aforismos. Uma minúscula parcela desta produção constituiu a elaboração do documentário *Ôri* (1989), dirigido por Raquel Gerber. Esse audiovisual dispõe da narração e do roteiro de Maria Beatriz Nascimento, produzido ao longo de 11 anos, de 1977 a 1988, no qual a autora elabora sua tese de pesquisa, mesmo que não vinculada à universidade. “Trata-se de um filme fundamentado em minha trajetória de vida, enquanto mulher, negra e especializada em História do Brasil, assim como minha inserção no movimento político e de afirmação da negritude” (NASCIMENTO, 2018, p. 416). Para a autora, “Longe dos centros universitários, a vivência política da população negra do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Nordeste (Recife, Maceió e Salvador), premiava a nós com o esforço da manutenção cultural como forma maciça de reação à discriminação e ao arbitrio ainda vigentes. (NASCIMENTO, 2018, p. 364).

Por uma História Negra

Os trabalhos acadêmicos e intelectuais da historiadora Maria Beatriz Nascimento foram frutos de sua época e dialogam com ela, com os problemas e lutas de seu tempo, mas não findam nos anos 1990. Essa dimensão ética e política é fundamental para a crítica ao modelo mais “objetivo” de ciência. Assim, suas produções foram orientadas pelo projeto político do movimento negro das décadas de 1970, 1980 e 1990, e influenciadas, sobretudo, pelos movimentos e lutas nacionais e internacionais de seu período, como os movimentos por libertação dos países africanos, pela emancipação dos negros nos Estados Unidos da América e, ainda, pela profusão dos estudos anticoloniais e afrocêntricos que despontaram em sua época. Sendo Nascimento, uma importante interlocutora da corrente de intelectuais negros da segunda metade do século XX no Brasil, que propuseram em suas produções acadêmicas e intelectuais reescrever e contestar a produção historiográfica brasileira (VINHAS, 2018).

E foi a partir destas inquietações e interações que a autora elaborou sua teoria e crítica à história, questionando os meios de legitimação desta, seus métodos e interpretações. Maria Beatriz Nascimento apresentou outras formas de estruturação epistemológica, denunciando o desconhecimento da disciplina histórica, em particular, e das ciências humanas, em geral, sobre as histórias negras, e por consequência, a manutenção de um desconhecimento e de uma lacuna imensa sobre a própria realidade histórica brasileira. Contudo, apesar da importância da historiadora para os debates sobre a subjetividade negra, raça e historiografia brasileira ao longo da segunda metade do século XX, Maria Beatriz Nascimento teve suas produções ignoradas e agência invisibilizadas pelas representações e a chamada "memórias disciplinares" que o campo historiográfico brasileiro produziu sobre si. Assim como outras(os) intelectuais e acadêmicas negras e negros permanecem, pouco conhecidos na formação de historiadores e historiadoras, algo que vem mudando, ainda que lentamente.

Maria Beatriz Nascimento foi o avesso da idealização do intelectual moderno ocidental: mulher negra, nordestina e crítica aos cânones da disciplina. No mesmo movimento, suas posturas éticas e políticas estruturaram e deram corpo às suas produções intelectuais. Isso destoa da tônica neokantiana de uma epistemologia da história imparcial e objetiva, na qual o mundo dos valores não teria um lugar no interior da produção de conhecimento. Nesse sentido, conforme assevera Cassandra Muniz, "[...] o fazer científico é eminentemente um fazer político, desde as escolhas dos temas, teorias e linhas de pesquisa até a possível resposta à sociedade que esperamos dar com nossos estudos" (2015, p. 48). As dificuldades inerentes ao tipo de orientação epistemológica de Nascimento, no mesmo movimento em que evidenciaram as consequências (políticas e pessoais) daquilo que ela mesma criticava, também contribuíram para afastá-la de sua área de formação (história). Uma vez que, a escrita disciplinar da história se apoiava (e ainda o faz) sobre um ideal de objetividade científica que pressupõe como virtude absoluta e, inques-

tionável o *Sujeito* desprovido de opinião (política, ética, religiosa etc.) ou "paixão" (sempre pensado como oposto dialético à Razão).

Alicerçado sobre esses preceitos, a disciplina oferece um ideal de universalidade, um sujeito universal como o sujeito de conhecimento, cuja característica mais evidente seria a de uma "isonomia plena". Isonomia pressuposta, idealista, porém difícil, não raro impossível, em sociedades estruturadas pela escravidão e o patriarcalismo como instituição social, política e econômica, nas quais o racismo e o sexismo, para ficar em apenas dois exemplos, são definidores dos caminhos de todas as nossas instituições e poderes, bem como nossos conhecimentos e reconhecimentos. Estes terminam por naturalizar o olhar sobre quem é (ou pode ser) agente da história e, assim, reproduzem a mesma lógica sobre quem é ou pode ser reconhecido(a) como sujeito do conhecimento histórico (FRICKER, 2007; SETH, 2013). Neste jogo do (re)conhecimento histórico, Maria Beatriz Nascimento não figura como personagem, ou como agência.

De acordo com Sueli Carneiro (2006, p. 12), no prefácio do livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, a invisibilidade e o silenciamento às pensadoras negras e negros configurou-se em um mecanismo permanente de alienação e de alijamento dessas pensadoras. Nas palavras da autora, a "invisibilização e silenciamento do pensamento negro têm consistido numa das formas mais eficazes para a permanência e reprodução da alienação cultural e postergamento da emergência e florescimento do pensamento crítico negro" (CARNEIRO, 2006, p. 12). O epistemicídio transfigurou-se em "um processo persistente de produção da indigência cultural [...]. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes" (CARNEIRO, 2005, p. 97). Conforme Sílvia de Almeida (2018), o racismo enquanto uma prática estruturante e estrutural da sociedade em que vivemos acabou por constituir e organizar as instituições políticas e econômicas, produzindo a partir disso, as mais diversas formas de violências e de desigualdades sociais. Os espaços

acadêmicos, o trabalho intelectual, assim como, a própria historiografia, inseridas nessa sociedade racialmente cindida, reproduzem e assumem em sua estruturação características homogeneizantes, sexistas, excludentes, racistas e racializadas. O que acaba por interferir nas escolhas de seus métodos, sujeitos, objetos, interpretações e, ainda, sobre as formas de apreender as mais diversas temporalidades e passados (ALMEIDA, 2018).

Maria Beatriz Nascimento estruturou suas produções a partir de uma perspectiva negra (BARRETO, 2018, p. 27), uma vez que para a autora a disciplina histórica "esbarra num obstáculo que vai desde a "insuficiência das fontes históricas" (à época – aquilo que era definido como documento histórico e, possivelmente fonte, era problematizado pelo teor restrito dessa documentação para pensar os negros e as negras), até as lacunas que interpretações apoiadas exclusivamente sobre estas fontes poderiam apresentar. (NASCIMENTO, 2018, p. 266-267). Nesse sentido, seus trabalhos acadêmicos e intelectuais reivindicavam e traziam para o centro da cena, e de suas produções, as populações negras: seus desejos, traumas, realizações e anseios. Seu movimento de escrita era duplo: reescrever a história do Brasil a partir dessas populações, sistematizadas pela autora, tendo o fenômeno do quilombo e sua continuidade histórica que transcende e ultrapassa as distâncias e fronteiras geográficas e físicas. E, por outro lado, reorientar teórica e metodologicamente a escrita histórica em uma crítica fundamental ao modo como a disciplina histórica produzia conhecimento. No texto "Negro e Racismo", publicado ainda em 1974, na *Revista de Cultura Vozes*, Maria Beatriz Nascimento, dizia:

[...] para o entendimento de nossa sociedade é necessário conhecer um elemento de suma importância na sua formação histórica. Este elemento, por não pertencer, em sua maioria, às camadas mais altas da população, tem um acesso minoritário àqueles círculos considerados cultos, o que o impede de participar de discussões consideradas esnobes (no Brasil é considerado "esnobismo" discutir ou interpretar os aspectos pluralísticos do nível ideológico

da sua formação social). O elemento a que nos referimos é o negro brasileiro, que só pode ser entendido a partir de um estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem. O mesmo preconceito racial por que é espicaçado no seu cotidiano, historicamente é evidenciado na ausência de um pensamento livre do brasileiro com relação a ele mesmo, de um pensamento livre do negro sobre si. Quando em um artigo publicado pela Revista de Cultura Vozes, em seu primeiro número do ano corrente, dizíamos que deveríamos ser entendidos com brasileiros, sem sermos confundidos com os negros norte-americanos ou africanos, queríamos deixar expresso que existia um preconceito no nível das ideias que procurava nos entender sob a luz dos problemas de outros negros que viveram uma outra realidade social e racial que não a nossa. Essa importação de "ideologias" é típica dos pensamentos da intelectualidade brasileira, a mais branca, a mais europeizada de todo o chamado 3º Mundo. Ou seja, a mais complexada das elites, justamente por ser aquela que jamais se conformou em trazer no seu todo social elemento tão degradante, mas que por força das circunstâncias históricas foi o mais importante no seu processo de formação. O escravo negro, assim como o negro atual, não só participou da formação social do Brasil com seu trabalho, com seu sofrimento, participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes. Para todo o lado que o branco olhar, deparar-se-á com o espectro daquele que escravizou e que corrompeu (NASCIMENTO, 2018, p. 50-51).

Articulada a outras(os) intelectuais de sua época que também estavam preocupadas(os) com a questão racial brasileira, e aos problemas que dela advém, Maria Beatriz Nascimento reivindicou em suas produções a necessidade de uma ciência histórica e social firmada em uma episteme e agência negra. O que fez com que essas populações sistematicamente obliteradas dos espaços de produção do conhecimento, e alijadas historicamente de seus passados e de seu protagonismo, os recuperassem e os tomassem de volta para si, os reorientando – aqui, partindo da obra da historiadora, reorientar é compreendido em um movimento existencial do *Ori*, dos terreiros de candomblé, "de fazer a cabeça, de fazer o *Bori*"³ (NASCIMENTO, 2018, p. 334). Diego

³ Maria Beatriz Nascimento, no filme-documentário *Ori*, gravado ao longo de onze anos e publicado em 1988, a partir da experiência do terreiro, diz: "Ori significa a iniciação a um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro. Ele se estabelece enquanto rito e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete com o seu passado, com seu presente, com seu futuro, com a sua origem e com o seu momento ali" (NASCIMENTO, 2018, p. 333).

Reis (2020), a partir de Conceição Evaristo, aponta que as produções da Maria Beatriz Nascimento,

trata-se de reposicionar práticas, saberes, vi(n)das e vozes a partir de uma escritura pretofônica, que tensiona a unidimensionalidade e a universalidade de uma história narrada desde uma episteme branca, masculina e patriarcal, que não daria conta das escrevivências negro-africanas (REIS, 2020, p. 843).

As temporalidades e os conceitos trazidos por Maria Beatriz Nascimento para a estruturação de sua tese antecedem e extrapolam a história colonial e ocidental, para compreender o fenômeno dos quilombos, ou para utilizar a terminologia posta pela autora, "os sistemas sociais alternativos organizados pelos negros". Suas interpretações e construções historiográficas ultrapassaram o tempo da escravidão moderna, sua análise partiu da liberdade vivida antes pelas populações negras, ainda que no período colonial também se faça presente esta condição social na experiência do quilombo. Para a autora, a produção historiográfica de sua época, as temporalidades e os conceitos utilizados enclausuravam tais sujeitos no período colonial e em uma condição de escravidão, sobretudo, estereotipava o fenômeno do quilombo, o que findou na construção de uma narrativa estereotipada e homogeneizante. Conforme posto por Maria Pinn (2021), "para Nascimento, mesmo em vista dos esforços das(os) acadêmicas(os) brasileiras(os) para a sistematização e construção historiográfica acerca das populações negras, houve na própria estruturação do campo uma limitação quanto à representação desses passados" (PINN, 2021, p. 61).

Quando nos propomos a escrever uma História do Negro no Brasil, sabíamos da dificuldade de tal empreendimento, entretanto nos apresentou uma dificuldade inicial que foi o encontro de uma metodologia adequada e de uma outra conceitualização não só no nível do estudo em si, mas mais precisamente na utilização dos conceitos que vão de encontro aqueles universalizados pela dominação ocidental, os quais consistem em expressar a posição do dominador frente aos seus dominados. Ao utilizar, no início desta exposição, determinados termos entre aspas (aceitação, integração, igualdade) queríamos mostrar na prática como a ideologia de dominação representa

nela mesma, através da linguagem o preconceito, evidencia uma situação de fato, isto é, o racismo e a discriminação. A "aceitação", a "integração", a "igualdade" são pontos de vista do dominador. [...] As perguntas aos conceitos até aqui utilizados com relação ao negro e ao estudo da discriminação, a nosso ver devem ser inquiridas e decompostas minuciosamente em todas as suas implicações. Assim como esses que usamos acima, quase tudo o que foi dito sobre o negro, tudo que lhe é atribuído, o que agora é considerado ser negro, inclusive a cultura do negro deve ser reexaminado não sob o ponto de vista da ideologia dominante, mas sob o ponto de vista das nossas aspirações e necessidades (NASCIMENTO, 2018, p. 55).

Assim, Maria Beatriz Nascimento nos traz para uma "história viva" da população negra brasileira quando ela diz, "eu sou preta, penso e sinto assim" (NASCIMENTO, 2018, p. 94), há nisso uma proposta teórica metodológica de seu tempo, que busca uma escrita da história na qual a mulher e o homem negro sejam humanizados, não em um sentido moderno do termo, mas frente à possibilidade deste ser um sujeito que age e tece seu próprio mundo, a partir de cosmopercepções outras. Escrever em primeira pessoa para a historiadora, foi uma posição política que possibilitou a ela tensionar o lugar que os sujeitos negros têm até então ocupado na historiografia de sua época, ou seja, como eterna mão de obra escravizada, condicionando e enclausurando esses sujeitos à história colonial e à escravidão. Nas palavras da autora:

E quando cheguei à universidade, a coisa que mais me chocava era o eterno estudo, quando se referia ao negro, sobre o escravo, como se durante todo o tempo da História do Brasil nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda, para a mineração (NASCIMENTO, 2018, p. 127).

Dessa forma, a sua crítica historiográfica nos direciona, em síntese, para a insuficiência da disciplina histórica e das ciências em geral em narrar e apreender os passados das populações negras, e que por assim ser, estruturou epistemologicamente tais histórias em vista a uma abordagem fragmentada e estereotipada sobre estes passados e sujeitos. Nesse sentido, a autora procurou romper com os entraves e as

distorções construídas ao longo do tempo sobre as populações negras, frente à transposição de teorias, ideias, valores e costumes, tidos como universais para a escrita da história.

Historiografia do quilombo

Ao estudarmos a obra de Maria Beatriz Nascimento, compreendemos que sua crítica à produção historiográfica, assim como a sua proposta para a escrita de uma história negra, estão diretamente associadas à compreensão do quilombo. Buscamos nos atentar sobre as críticas que a autora realiza a determinadas produções de sua época sobre o quilombo, e, principalmente, como a historiadora entende o conceito e a categoria desse fenômeno na historiografia brasileira.

Segundo Nascimento (2018), na história da luta das populações negras brasileiras pelo reconhecimento social no século XX, destaca-se a imprensa negra entre as décadas de 1920 a 1950; a Frente Negra Brasileira, na década de 1930; o Teatro Experimental Negro na década de 1940; o Comitê Democrático Afro-Brasileiro em 1944 a 1945 e; o Museu de Arte Negra, entre outras iniciativas. Para a autora, o que todas essas organizações tinham em comum, era a referência fundamental do quilombo, que se converteu no marco significativo de um inédito momento da luta pelos direitos dos(as) negros(as) brasileiros(as), na década de 1970, quando os movimentos negros reivindicaram a autoafirmação e a recuperação da identidade racial negra (NASCIMENTO, 2018, p. 291).

Em 1971, foi inaugurada a comemoração do Vinte de Novembro pelo grupo gaúcho Palmares, conforme aponta Silveira (2003), a população negra não se via representada pela data do treze de maio, uma vez que a Lei Áurea não definiu ações reais em benefício da população negra, foi recuperada a data da morte do herói Zumbi dos Palmares. Neste contexto, os movimentos negros de forma sistemática intensificaram as pesquisas sobre os quilombos, dentre as quais destaque-se o estudo sobre o quilombo dos Palmares, que existiu durante 1630 a 1695, na região de Alagoas (CUNHA JUNIOR, 2012, p. 159).

Segundo Domingues e Gomes (2013), na historiografia brasileira do quilombo, existem dois tipos de perspectivas tradicionais: a culturalista e a materialista. A primeira teve impulso entre as décadas de 1930 e 1950 e concebia o quilombo como apenas resistência cultural, sendo essa a única forma de os africanos e seus descendentes conservarem suas identidades étnicas africanas (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 7). Já a segunda perspectiva, tem seu auge entre as décadas de 1960 e 1970, com críticas à concepção de escravidão benevolente, entendendo o quilombo sobretudo como resistência escrava através da fuga. Ambas as perspectivas compreendem o quilombo como marginalizado e isolado (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 7-8). Beatriz Nascimento dialoga com os autores destas duas perspectivas a partir da década de 1970, quando começa a produzir sobre o quilombo. Porém, não se situa em nenhuma das linhas apresentadas. Segundo a historiadora, os quilombos não foram uma volta idealizada a África, ela não omite o contexto histórico que esta organização social está inserida, ao invés disso, por exemplo, problematiza a possível existência de escravos e de uma distinção por cor no Quilombo dos Palmares (NASCIMENTO, 2018). A autora não entende o quilombo exclusivamente como uma resistência à escravização, visto que essa experiência correspondeu à inauguração de uma nova condição social, não podendo ser reduzido somente ao militarismo. A característica dessa experiência é o agrupamento de negros empreendido pelos próprios (NASCIMENTO, 2018, p. 126).

Entender a continuidade histórica do quilombo, é compreender a recuperação de uma condição social alijada dos negros, o processo do colonialismo buscou provocar a desagregação do sujeito negro (a) como sociedade, cultura e ser humano (NASCIMENTO, 2018), sendo que, historicamente a aglutinação de homens e mulheres negras é o legado do quilombo (NASCIMENTO, 2018). Como podemos ver, ao apresentar uma prévia do seu projeto de pesquisa, a historiadora busca evidenciar a continuidade histórica dos quilombos justificando:

Não se tratava, no meu entender, exatamente de sobrevivência ou resistência cultural, em-

bora venhamos a utilizar estes termos algumas vezes, como referência científica. O que procuramos neste estudo é a continuidade Histórica, por isso me referi a um sonho. Todo historiador é um conversador e um sonhador em busca deste continuum, digamos mesmo ser esta a nossa meta enquanto estudiosos do processo do homem no planeta. Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato do que "sobrevivência" ou "resistência cultural" dos antropólogos. A continuidade seria a vida do homem – e dos homens – continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros (NASCIMENTO, 2018, p. 253-254).

Esse é o objeto central da produção de Nascimento (2018) sobre o quilombo: compreender a continuidade histórica dos negros e negras no Brasil, com base nos agrupamentos denominados quilombos. Para a historiadora essa instituição não deixa de existir com a abolição da escravatura. Ao realizar a pesquisa no arquivo nacional com orientação do historiador José Honório Rodrigues, Beatriz Nascimento constata que nos territórios que hoje são favelas ou ex-favelas, existiam milhares de quilombos. Assim, a autora interpreta que ocorre uma continuidade histórica destas organizações sociais, embora não se tenha mais oficialmente o sistema de opressão escravocrata para resistir, se dá "justamente por ter sido concretamente durante três séculos uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, sua mística passa a alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional" (NASCIMENTO, 2018, p. 289-290).

Entender a continuidade histórica dos quilombos, alinha-se com a necessidade de elucidar o corte da participação do negro na História do Brasil, sendo isso sentido muito cedo pela população preta, desde a construção familiar, na escola, faculdade e trabalho, é como se o negro não participasse da História do Brasil, ao não ser na condição de escravo (NASCIMENTO, 2018). Contudo, isso pode ser visto como evidência da presença de um lapso do conhecimento

histórico dos brasileiros com o seu passado, este desconhecimento conseqüentemente agrava a condição hodierna do negro brasileiro⁴ (NASCIMENTO, 2018, p. 68).

De acordo com Nascimento (2018), os quilombos – termo de origem banto – eram núcleos humanos compostos por grandes quantidades de habitações, sua forma não é estática no tempo e assume vários sentidos na história do Brasil, mas principalmente como estrutura social, na qual, africanos e negros nascidos no Brasil, "possam ter tido ocasiões de estabelecer grupos novos baseados em novas relações" (NASCIMENTO, 2018, p. 71). A historiadora argumenta que os quilombos foram sistemas sociais alternativos durante o período de escravização, o que representaria uma brecha no sistema colonial, sendo esse fenômeno de vital importância para o brasileiro, especialmente, o negro, pois possibilita evidenciar sua participação na História do país, como homem livre (NASCIMENTO, 2018). Beatriz Nascimento identifica que essa instituição era negligenciada pela historiografia de sua época e, muitas vezes, interpretada a partir de uma visão preconceituosa, por exemplo, o termo quilombo englobar todo agrupamento de negros ou, a generalização dessa experiência a partir do semi-estado de Palmares, no século XVII (NASCIMENTO, 2018). Desse modo, o quilombo foi sistematizado por Beatriz Nascimento enquanto um fenômeno não homogêneo e não estático no tempo, o fato de existir uma diversidade na existência do quilombo, durante a história do Brasil, apresentou uma dificuldade de criar uma categoria para essa instituição (NASCIMENTO, 2018). Por isso, a potencialidade de Beatriz Nascimento está em entender esse fenômeno como uma categoria, mas respeitando suas particularidades, ao longo da sua continuidade histórica.

Nascimento (2018) tipifica a existência dos quilombos destacando os seguintes contextos históricos: sua origem como instituição de matriz angolana, no século XVI e XVII. O quilombo de

⁴ A população preta e parda ocupa os piores índices de distribuição de renda, condição de moradia, educação, violência, representação política entre outros, em comparação com a população branca. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.

Palmares no Brasil colonial do século XVII, que compartilhava semelhanças aproximadamente na mesma época com a instituição angolana. No século XVIII e XIX, os quilombos se espalham por todas as capitanias, contudo, a diferença para o século XVII é que agora individualmente não oferecem ameaça à colônia, ao mesmo tempo representam rachaduras no sistema colonial, por estarem integralmente presentes no território e no tempo histórico, o que significa uma instabilidade ao sistema escravista. A partir do final do século XIX e começo do século XX, o quilombo vai ser entendido como uma ferramenta ideológica em oposição aos meios de opressão. E, finalmente, em 1970, o quilombo vai servir como correção da nacionalidade, uma vez que os direitos básicos ainda estavam ausentes, os movimentos dessa época vão buscar a identificação histórica e heroica com o passado (NASCIMENTO, 2018).

Seguindo Ratts (2006), embora Beatriz Nascimento tenha se debruçado sobre a temática e escrito uma proposta historiográfica sobre o quilombo entre as décadas de 1970 e 1990, os pesquisadores deste campo que atingiram notabilidade, não mencionaram os artigos da autora. Ratts (2006) e Vinhas (2016), afirmam que existe na história da historiografia brasileira uma lacuna nos estudos produzidos sobre os quilombos, e apontam a ausência ou pouca presença da obra Beatriz Nascimento nesse campo como uma das causas desta lacuna. As produções da historiadora, marcadas por suas especificidades e potencialidades epistemológicas para a disciplina, não figuram em sua área de atuação e formação acadêmica enquanto um objeto, ou mesmo, como uma possibilidade teórica e historiográfica para o campo (PINN, 2019). É importante ressaltar que seus estudos sobre o quilombo não eram fundamentados em idealismos, mas em pesquisas rigorosas e embasadas em fontes históricas (BARRETO, 2018, p. 34). Beatriz Nascimento como historiadora teve uma postura ética e política com seu objeto de estudo, comportamento que não se limita apenas

ao universo acadêmico, manifestando também em sua vida pessoal, na qual, infelizmente, é covardemente assassinada ao defender uma amiga de seu companheiro violento.⁵

Considerações finais

Maria Beatriz Nascimento é um importante nome para a disciplina da história, contribuindo imensamente para a própria concepção epistemológica do campo, pois evidencia um panorama histórico da existência do quilombo ao longo da história do Brasil, entendendo que esta instituição ocorreu de diversas formas e continuamente. A partir disso, desenvolve uma forma outra de apreender teórica e historiograficamente sua área de pesquisa. Para a autora, este tipo de organização não terminou com a abolição da escravidão, ela se projeta no século XX, sendo o quilombo a experiência histórica do homem e da mulher negra de se agruparem e buscarem autonomia, o que representa para a historiadora um humanismo negro, mas não idealizado. Sendo que a historiografia do quilombo não realizou o resgate da obra de Beatriz Nascimento, havendo ainda ineditismos em sua produção que configuram como potencialidades para entender a história do quilombo, do negro e, conseqüentemente, do Brasil. A continuidade histórica identificada por Beatriz Nascimento, em seus estudos sobre o quilombo, é uma ferramenta conceitual importante para o preenchimento da lacuna apontada por Ratts (2006) e Vinhas (2016), neste campo de estudo. Esta concepção temporal (de uma continuidade histórica) é um posicionamento ético e político da historiadora e, portanto, permite compreender historicamente que o quilombo abriga uma diversidade de sentidos durante a história do Brasil, analisar a sua continuidade histórica exige repensar a própria noção do tempo histórico.

A autora, no campo da disciplina histórica, área em que se dedicou a pensar e produzir intelectualmente, permanece relativamente pouco estudada. Os estudos sobre a historiadora, ou mesmo a salvaguarda de seu pensamento são

⁵ PROFESSORA pode ter sido morta por racismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 de jan. de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

fruto, sobretudo, de um movimento externo à universidade, ainda que esse também se dê em seu interior. O que nos sinaliza que o cenário que a historiadora estava denunciando no campo da produção historiográfica de sua época, em partes, ainda está presente hoje. Ao mesmo tempo, com os esforços encabeçados pelo intelectual Alex Ratts e Bethânia Gomes, para a difusão da vida e obra da historiadora, talvez nunca se tenha falado e estudado Maria Beatriz Nascimento tanto quanto o momento presente.

Os estudos sobre a produção intelectual da historiadora têm como marco o livro: *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, escrito por Alex Ratts em 2006, essa obra apresenta a biografia e uma seleção de artigos. Em 2015 tivemos o lançamento do livro *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos, e ensaios de Beatriz Nascimento*, organizado por Alex Ratts e pela filha de Maria Beatriz Nascimento, Bethânia Gomes. No ano seguinte, Wagner Vinhas defendeu sua tese de doutorado *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. A coletânea *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição*, foi organizada e editada em 2018 pela União de Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). O exemplar contém artigos acadêmicos, projetos de pesquisas, textos e entrevistas publicados em jornais, escritos inéditos, entre outras produções de Beatriz Nascimento. Em 2021 foi lançado o livro *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Esta publicação também conta com uma série de escritos de Maria Beatriz Nascimento, resultado do empenho de Alex Ratts, que organizou tematicamente o livro, escreveu a introdução e, a partir de uma extensa pesquisa da obra da historiadora, inseriu no livro uma série de notas que possibilitaram avanços na leitura e pesquisa do legado da autora.

Dentre as pesquisas realizadas para a elaboração deste artigo localizamos duas dissertações na área de história produzidas sobre Maria Beatriz Nascimento, Rodrigo Ferreira dos Reis, em 2020, publicou *Beatriz Nascimento vive entre nós:*

pensamentos, narrativas e a emancipação do ser (anos 70/90). E, em 2021, Maria Pinn, defendeu a dissertação *Tem-se que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro: Maria Beatriz Nascimento e a reescrita da história do Brasil*. Ainda neste ano, Christen Smith, Archie Davis e Bethânia Gomes lançaram a primeira coletânea com tradução de escritos da autora para o inglês. Nesta publicação foram traduzidos os seguintes textos: "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra" e "Por um território (novo) existencial e físico", e os poemas "Sonho" e "Sol e Blue". Para mais produções que têm como enfoque central Beatriz Nascimento (PINN 2019, REIS, J. 2019, REIS, R. 2019, 2021, REIS, D. 2021, VINHAS 2018).

Mas por que estudar Maria Beatriz Nascimento agora? Para compreender a história do Brasil. No texto "Por um território (Novo) Existencial e Físico", Nascimento questiona "Para que nos serve a História?" e responde "Não preciso dela, enquanto não possuo poder. Ela serve àqueles que detêm e se registram através do tempo enquanto poder. Neste país, minha vida não é poder, mas tem outras expressões tão ou mais importante que isso" (NASCIMENTO, 2018, p. 414). Essa é a potência teórica do pensamento da historiadora para a (re)escrita da história: o questionamento da dimensão ética e política de certas produções historiográficas que ainda carregam pressupostos de uma ciência objetiva, para não dizermos positivistas. Ao contestar os modelos de interpretação da história até então vigentes, problematizando os métodos e os meios de legitimação, a historiadora evidencia o desconhecimento e o desleixo da disciplina histórica, para a mulher e o homem negro, o que perpetua uma grande lacuna da realidade histórica brasileira. A produção acadêmica e intelectual de Maria Beatriz Nascimento reivindicou e deslocou o olhar histórico para as populações negras, o que possibilitou outras agências históricas diferente daqueles historicamente centralizadas. Então, quando falamos histórias negras ou perspectivas negras, estamos falando justamente do resgate da centralidade dos sujeitos negros para

a história brasileira, sendo que isso, somente é possível porque Nascimento ousou trilhar outros caminhos epistemológicos em suas produções históricas, tornando-se indispensável para se pensar e discutir a subjetividade negra, raça e historiografia brasileira.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In: RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 11-13.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, [S. l.], v. 11, n. 129, p. 158-167, 17 nov. 2011.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombos no Brasil: Revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/2003. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 5, n. 11, p. 5-28, jul./out. 2013.

FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. New York: Oxford University Press, 2007.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. *As Lutas Antirracistas de Afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo 2007.

MARTINS, Sandra; THEODORO (TOGO IORUBA), Gerson; GOMES, Flávio. Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa). *História: Questões & Debates*, [S. l.], v. 63, n. 2, p. 195-210, maio 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46707>. Acesso em: 12 maio 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP/MEC-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 23-42.

SMITH, Christen; DAVIES, Archie; GOMES, Bethania. "In Front of the World": Translating Beatriz Nascimento. *Antipode*, [S. l.], n. 53, 279-316, 2021. <https://doi.org/10.1111/anti.12690>.

VINHAS, Wagner. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

VINHAS, Wagner. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: a continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e os assentamentos em favelas urbanas e comunidades rurais da atualidade. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. 25, p. 271-293, 2018. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/616/544&>. Acesso em: 25 maio 2021.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Fotografia: Hermano Penna, Jorge Bodanzky, Pedro Farkas, Adrian Cooper, Chico Botelho, Cláudio Kahns, Jorge Bodanzky, Raquel Gerber, Waldemar Tomas. Brasil: Angra Filmes Ltda.: Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. (91 min), son., color.

PINN, Maria. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. *Aedos*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 140-156, dez. 2019.

PINN, Maria. *Tem-se que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro*: Maria Beatriz Nascimento e a reescrita da história do Brasil. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

REIS, Rodrigo F dos. Ôri e Memória: O pensamento de Beatriz Nascimento. *Sankofa*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 9-24, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2019.169143>.

REIS, Rodrigo F. dos. *Beatriz Nascimento vive entre nós: pensamentos, narrativas e a emancipação do ser (anos 70/90)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

REIS, R. F. dos. Ôri na perspectiva de gnose liminar. *Revista Espaço Acadêmico*, [S. l.], v. 20, n. 227, p. 99-110, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54011>. Acesso em: 23 ago. 2021

REIS, João Carlos. *A historiografia e o quilombo na obra de Beatriz Nascimento*. 2019. 22 p. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

REIS, Diego dos Santos. Re-orientar: Beatriz Nascimento e Mãe Beata de Yemonjá, historiadoras afro-atlânticas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 841-863, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/899>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Maria Lídia de Godoy Pinn

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Mariana, MG, Brasil. Mestre e graduada em História pela mesma instituição. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto e membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade.

João Carlos Reis

Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Mariana, MG, Brasil. Graduado em História-Licenciatura pela Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

Endereço para correspondência

Maria Lídia de Godoy Pinn/ João Carlos Reis

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n

Centro, 35420-000

Mariana, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.